

TERRITÓRIOS DO BARROCAL E AS TERRITORIALIDADES DOS OLEIROS NO BAIXO VALE PARANAÍBA GOIANO

Jean Carlos Vieira Santos¹
Rosselvelt José Santos²

Resumo

Neste trabalho abordamos a relação existente entre a categoria geográfica território e o conceito modo de vida. O objetivo principal é desenvolver uma análise em torno do comportamento sociocultural, econômico e organizacional de comunidades oleiras que utilizam os lugares de extração de argila como espaço produtivo e da vida. Por isso, realizamos uma incursão ao tempo e ao espaço da comunidade do Barrocal para apresentar os arranjos físicos e humanos desses territórios. Neste caminho foi possível uma análise das especificidades sócio-territoriais e particularidades culturais expressas nos modos de vida nesses territórios, bem como aos sujeitos que agrupam diferentes saberes e fazeres no Baixo Vale Paranaíba Goiano. Ao valorizar os lugares de produção artesanal e antigos ofícios, percebemos as suas seduções e possibilidades de valorização da cultura regional. Na perspectiva do turismo, consideramos que o lugar pode ser otimizado devido a sua importância e significado das tradições interioranas, tornando-se um espaço de visitação e que poderá servir para atender às necessidades humanas regionais, ocorrendo à valorização das humanidades do espaço, envolvendo não só elementos e patrimônios materiais, como também os imateriais. Quanto aos aspectos metodológicos este foi dividido em duas fases: pesquisa documental e trabalho de campo.

¹ Geógrafo, Especialista (FSL), Mestre e Doutor em Geografia (UFU), Bolsista CAPES-PDEE/Universidade do Algarve (Portugal); Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Goiás - Campus Quirinópolis (UEG) – BRASIL E-mail: svcjean@yahoo.com.br

² Geógrafo, Mestre e Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação (IGUFU) Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia; Responsável pelo Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (IGUFU). E-mail: rosselvelt@ufu.br

Palavras-Chave: Território; Modos de Vida; Saberes e Fazeres; Interior Goiano.

Introdução

Este artigo vem trazer as discussões desenvolvidas na Tese “³Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano” e os resultados parciais do projeto “⁴Os Pretéritos e Atuais Lugares de Produção Barrocal no Baixo Vale Paranaíba Goiano: áreas de extração de argilas e fixação de oleiros”.

O objetivo principal é desenvolver uma análise em torno do comportamento sociocultural, econômico e organizacional de comunidades oleiras que utilizam os lugares e territórios de extração de argila como espaço produtivo e da vida. Por isso, realizamos uma incursão ao tempo e ao espaço da comunidade do Barrocal para apresentar os arranjos físicos e humanos desses territórios. Neste caminho foi possível uma análise das especificidades sócio-territoriais e particularidades culturais expressas nos modos de vida nesses territórios, bem como aos sujeitos que agrupam diferentes saberes e fazeres. Ao valorizar os lugares e territórios de produção artesanal e antigos ofícios, percebemos as suas seduções e possibilidades de valorização da cultura regional.

Quanto aos aspectos metodológicos este foi dividido em duas fases: pesquisa documental (levantamento das referências) e trabalho de campo e, por meio, deste foi construído o material fotográfico. Definiu-se como área de estudo os municípios de Quirinópolis, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, São Simão, Caçu, Lagoa Santa, Cachoeira Alta e Paranaiguara na microrregião geográfica de Quirinópolis (Figura 01) no Estado de Goiás (Brasil).

A microrregião quirinopolina pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que abrange terras dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. De acordo com a AGMA/EIBH (2005, p. 04) o rio Paranaíba nasce na serra Mata da Corda em Minas Gerais, a uma altitude de 1.140 metros. Dessa região até o seu encontro como

³ Investigação Desenvolvida (2007-2010) por Jean Carlos Vieira Santos no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – IGUFU (Brasil) e orientado por Rosselvelt José Santos.

⁴ Projeto Desenvolvido por Jean Carlos Vieira Santos (Coordenador) e Ludmila de Jesus Martins (Orientanda do curso de Geografia/UEG) na Universidade Estadual de Goiás (UEG/Quirinópolis).

Territórios do Barrocal e as territorialidades dos Oleiros no baixo Valem Paranaíba Goiano

Jean Carlos Vieira Santos; Rosselvelt José Santos

o rio Grande percorre uma extensão de 1.120 km, com uma paisagem de captação e drenagem de 220.195 km². Seu percurso está definido em três trechos distintos:

Alto Paranaíba – nascente até o km 370; Médio Paranaíba – do km 370 até a barragem de Cachoeira Dourada com 370 km; Baixo Paranaíba – da barragem de Cachoeira Dourada até a sua foz, com extensão de 380 km. O trecho Alto Paranaíba encontra-se em sua maior parte, em território mineiro (AGMA/EIBH, 2005, p.04).

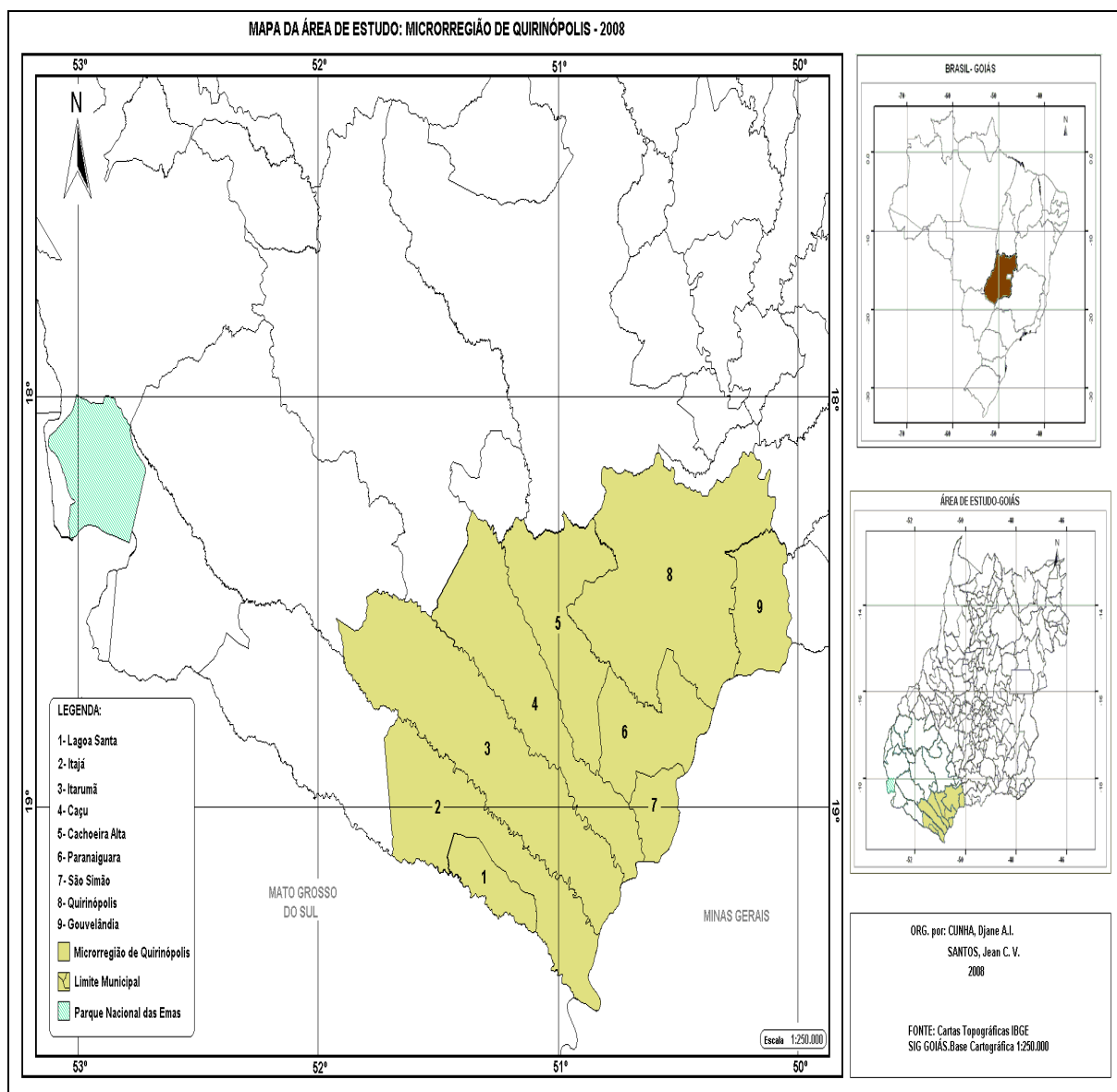


Figura 01: Mapa Microrregião de Quirinópolis – 2008.

Fonte: SANTOS, J. C. V. Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, IGUFU/Uberlândia (Minas Gerais), 2010.

Por essa característica física, a microrregião de Quirinópolis, também, foi definida neste artigo como Baixo Vale Paranaíba Goiano. É nessa bacia que estão as lagoas, áreas de extração de argilas responsáveis pela fixação dos oleiros na região. Segundo Guerra (1978, p.35-36), a argila é um material de silicatos hidratados de alumínio de colorações variadas em função dos óxidos. As argilas podem ser definidas como caulins sujos, por causa dos óxidos que possuem colorindo-as de vermelho, amarelo e verdes. Provavelmente as encontradas na microrregião de Quirinópolis, são as definidas pelo autor como argilas do grupo caulinita, que é utilizada no fabrico de cerâmica. As argilas, também, são classificadas como refratárias, aquelas que “não manifesta fusão quando sujeita a temperaturas elevadas, sendo, empregada na fabricação de tijolos para revestimento de fornos e em objetos de cerâmicas (Guerra, 1978, p.37)”. São materiais passíveis de modelagem manuais, bastante utilizadas nos trabalhos artesanais desenvolvidos pelas olarias do interior do Brasil.

Dentro desse debate, optou-se pela discussão da categoria geográfica território que compartilha uma série de temas comuns e também possui diversas temáticas tão abrangentes quanto divergentes, não só na geografia como em áreas afins. Temas identificados com as questões culturais, ambientais e sociais, favoráveis as dimensões analíticas das territorialidades dos oleiros do Baixo Vale Paranaíba Goiano.

Algumas Considerações sobre a Categoria Geográfica Território

De acordo com Corrêa (1996, p.251) etimologicamente o conceito território deriva do Latim terra e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da Terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado, de um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte dos grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos.

Desse modo, o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. Nesse caso, a apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial, onde os dois significados

podem, contudo, combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente.

Conceitualmente território refere-se também a uma extensão terrestre, mas inclui uma relação de poder, ou posse, de um grupo social sobre essa extensão terrestre. Aliás, o termo é também empregado para expressar o controle de uma espécie animal, ou de indivíduos, sobre determinada área geográfica. Historicamente, populações ligadas por razões sanguíneas ou laços culturais se fixaram sobre determinadas áreas geográficas, quando se tornaram sedentárias. Contendo limites de soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição, o território transmite psicologicamente a sensação de fechamento (GEIGER, 1996, p.235).

Para Andrade (1996, p. 213-214) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre à ideia de território a ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. Etges (2002, p.141) cita que:

[...] o território tem que ser visto como algo que está em processo, uma forma-conteúdo, o traço entre o passado e o futuro imediato. Ele tem que ser visto como um campo de forças, como um lugar de exercício, de contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (ETGES, 2002, p.141).

Já Haesbaert (2002, p.131-135) escreve que o território é visto antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais. É nele que envolve as múltiplas formas de apropriação do espaço, nas diversas escalas espaços-temporais. Se antes a territorialidade era vista muito mais como fixação e estabilidade, hoje o território também se constrói numa espécie de mobilidade controlada, como território-rede das grandes corporações transnacionais.

Então é sintetizado, que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua

apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essa relação varia conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas em análise.

Nesse debate conceitual Santos (1996, p.16) destaca em sua obra que os territórios são formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimos de espaço humano. Hoje encontramos no território novos recortes, além da velha categoria região. Isso é resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que o autor chama de horizontalidade e verticalidade. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais distantes. É o uso do território:

[...] e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (MILTON SANTOS, 1996, p.15).

Hoje, o território, pode ser formado de lugares contíguos e em rede, são os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes (SANTOS, 1996, p.16). Müller (2000, p.17) destaca que a região pode ser compreendida como uma escala da territorialidade, “uma escala de controle, de poder e de estratégias – fincada, a um só tempo, em um território e também em outros territórios. A junção do efetivo com o virtual, via territorialidade, parece ser algo contemporâneo para designar a região”.

Nesse sentido, nos territórios oleiros do Baixo Vale Paranaíba Goiano, a vida social e o ritmo de vida definido pela produção artesanal de tijolos vai se espacializando em torno de lagoas, onde, são extraídas as matérias primas. Na microrregião quirinopolina essas olarias surgiram nas primeiras décadas do século XIX e atualmente encontram-se em processo de decadência em função do esgotamento da matéria prima e pelas transformações na construção civil.

Desse modo, o território vai assumindo novos papéis, a partir do que é chamado de recomposição territorial, em que a economia de uma determinada área local é o resultado complexo da combinação de sucessivos papéis, no contexto da divisão social do trabalho, resultante de novas combinações e de distribuição espacial desigual, fazendo surgir novas formações regionais (BARREIRA, 2002, p.81). Nessa vertente a obra de Corrêa (1996, p. 252) destaca que existem vários territórios recobrando a superfície da Terra, e cada um representa uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes.

Caracterização das Olarias no Baixo Vale Paranaíba Goiano: discussões preliminares

Nas olarias dos municípios (Fotos 01 e 02) que formam o Baixo Vale Paranaíba Goiano fabricam-se tijolos utilizando uma argila encontrada nas lagoas e drenagens, conhecida como “barro pó-de-mico”. Segundo Silva (2004, p.12), os finos sedimentos (argilas) lacustres utilizadas como matérias primas para tijolos, produzem reações alérgicas e, por isso, os referidos sedimentos são denominados pelos oleiros de “Pó-de-mico”. Vale salientar que essas olarias sempre foram instaladas nas proximidades dos locais de extração da argila pó-de-mico.



Fotos 01 e 02: Terreiro de Olaria na Região do Caracol em Gouvelândia. Hoje não existem mais habitações nessas áreas, pois proprietários e empregados moram nas cidades próximas, como Gouvelândia e Inaciolândia. Atualmente existem apenas duas olarias no local e nenhuma habitação. Vieira Santos, J. C. 2010.

Em 1926, foi instalada uma olaria por Wilson Barbosa na área onde é hoje (2010) a cidade de Quirinópolis, quando descobriu às margens do córrego Cruzeiro um “barro” próprio para a fabricação de tijolos. Com essa descoberta, montou uma olaria no local, tornando-se responsável pela construção de várias casas de tijolos, nesse núcleo urbano (SAGIM JÚNIOR e SAGIM, 2000, p.146). Processaram-se, a partir daí, as mais acentuadas mudanças no patrimônio edificado desse espaço urbano, que incorporou novas formas residenciais, substituindo, em parte, as tradicionais casas de alvenaria, adobe e pau-a-pique.

Geralmente, essas áreas produtoras de tijolos encontravam-se fixadas nos espaços rurais. De acordo com os relatos dos moradores da microrregião quirinopolina, principalmente dos antigos trabalhadores dessas olarias, é possível compreender que os primeiros oleiros a chegarem nessas paisagens foram oriundos do Triângulo Mineiro. Muitos que chegaram a essa microrregião goiana deixaram os espaços das olarias nos municípios de Ituiutaba, Ipiaçu, Capinópolis, Cachoeira Dourada e Centralina, nos lugares conhecidos como Campo Alegre, Córrego da Lagoa, São Domingos, Paineiras, Lagoa Seca e Mosquito.

Essa mobilidade não pode ser considerada espontânea, pois foi um movimento ocasionado pela procura de novas áreas ricas em argila próprias para o fabrico de tijolos e telhas, visto que as antigas áreas não eram suficientes ou estavam entrando em processo de esgotamento na região do Triângulo Mineiro, fato que vem ocorrendo nessa primeira década do século XXI, na microrregião quirinopolina. Outro fator que pode ter contribuído com esse movimento, é que a maior parte dessas paisagens de retiradas de “barro pó-de-mico” eram alugadas e em busca de áreas com maior produção, os antigos espaços eram abandonados.

Os espaços de extração de argilas eram alugados e o aluguel era pago com tijolos ou dinheiro obtido com a venda da produção. Produzia-se em média 70/80 mil tijolos por mês, dos quais 10 mil eram destinados ao proprietário da terra como forma de pagamento. A mobilidade dos trabalhadores não se realizava como determinação do ciclo natural dessa parte do cerrado, isto é, da seca e da chuva, mas poderia ocorrer em função da carência de mão-de-obra que ainda persistia nas últimas décadas do século XX. Segundo esse ponto de vista, os territórios das olarias eram lugares de passagem, principalmente para os trabalhadores contratados, porém para os donos dessas áreas, não eram um simples local de inconstância, pois a atividade ali desenvolvida poderia durar por mais de uma década.

Dessa forma, os moradores que se fixavam foram desenvolvendo seus modos de vida, seus patrimônios culturais que até hoje (2010) se fazem presente na arquitetura, culinária e no trabalho artesanal. Nos espaços das olarias, além da produção de telhas e tijolos, foram sendo produzidos utensílios domésticos como vasos e potes que armazenavam água (Fotos 03 e 04).

Nesses lugares, não era comum as famílias produzirem gêneros agrícolas de subsistência, como o cultivo de hortaliças, pomares e roças, apenas poucos moradores se preocupavam em cultivar pequenos quintais ou áreas com mandioca, milho e algumas árvores frutíferas, como mangueiras, goiabeiras e bananeiras.



Foto 03: Vasos ou potes. Uma espécie de barril que armazenava água no interior das residências nas Olarias. Esses objetos também eram comercializados, visando complementar a renda dos oleiros. Atualmente é um objeto de decoração encontrado no interior das residências urbanas. Foto 04: Pote ainda utilizado para armazenar água, em propriedade rural na região da Pedra Lisa, no município de Quirinópolis. Vieira Santos, J. C. 2010.

Pôde-se observar durante os trabalhos de campo que as principais alternativas para suprir as necessidades alimentares básicas desses habitantes, estavam na criação de suínos e aves como galinhas. Isso é justificado, segundo os relatos dos entrevistados, porque não podia faltar carne nas refeições dos trabalhadores, porém, a maior parte desses gêneros alimentares era adquirida nos comércios das cidades próximas. Nessas paisagens, as famílias costumavam ser numerosas, principalmente até as décadas de 1960 e 1970, com muitas crianças, geralmente com mais de cinco filhos, que ajudavam os pais na lida diária.

Os filhos homens eram levados pelo pai para desenvolver tarefas nos terreiros de produção; o menino que tinha entre 12 e 14 anos ajudava nos trabalhos de colocar tijolos para secar, levar as refeições para os peões ou fazer a carga de tijolos nos caminhões e, acima dessa faixa etária, já era preparado para participar de todo o sistema de produção (Fotos 05 e 06). As meninas aprendiam as tarefas de casa com a mãe, como cozinhar e preparar as refeições nos caldeirões para serem levados aos trabalhadores, realidade também enfrentada pelo sexo feminino nas áreas tradicionais de agricultura e pecuária da microrregião de Quirinópolis.



Fotos 05 e 06: Antigas Olarias. As fotografias mostram o uso de animais no processo de produção das olarias. São utilizados nas pipas (foto a direita) para amassar o barro e esse depois colocado nas formas para ganhar forma, e também nas carroças (foto esquerda) que transportava a matéria prima da lagoa (área de extração) até a pipa. Fotos, do final década de 1950, cedidas por Milton Vieira dos Santos e Gail Rucel de Moraes Santos, 2010.

O terreiro no adro das casas era o espaço onde aconteciam as brincadeiras das crianças menores, principalmente sob o olhar das mães, mas era pouco vista a utilização das lagoas para lazer e entretenimento. Essas paisagens alagadas pareciam ter sentido único para os moradores, isto é, exclusivamente para retirada do barro essencial à produção de tijolos. Nesse contexto, Damiani (1999, p.163) cita que:

A cotidianidade é criada também pelo modo de produção, não lhe é alheia nem marginal, embora seja desigual a outros setores, momentos e situações dessa forma de produzir. O cotidiano, como simulacro da vida plena assim modelado, permite ao modo de produção funcionar (DAMIANI, 1999, p.163).

A região da lagoa Caracol, no município de Gouvelândia, teve seu maior apogeu de produção nas décadas de 1970 e 1980. Chegou a ter, nesse período, uma dezena de olarias e com elas mais de dez famílias e vários peões solteiros residindo nas proximidades dos terreiros das olarias. Nessa região, era comum o casamento de

peessoas sem grau de parentesco; na comunidade existiam trabalhadores que não eram parentes, que se casava com as moças do lugar, até mesmo da cidade de Gouvelândia.

É verdade que essas áreas não abrigavam igrejas, mas os pequenos espaços de devoção às figuras sagradas se faziam presentes, pois a religiosidade de muitas famílias era materializada principalmente pelas imagens de Santos Católicos e do Cristo. Nas residências das olarias, não era comum os habitantes se encontrarem ou se reunirem para fazer seus rituais sagrados. Para participar de missas, realizar casamentos e batizados, esses moradores deslocavam-se para as cidades próximas e esses rituais envolvendo as imagens sagradas contradiziam a ideia de um ambiente sem religião.

Normalmente, as festas e as comemorações religiosas aconteciam nos povoados, propriedades rurais e cidades da microrregião de Quirinópolis. Mas uma outra prática comum era o jogo de futebol aos domingos, que atraía um grande número de moradores. Nesses momentos de folga, era hábito o consumo de bebida alcoólica, principalmente água ardente e cerveja. Também nas residências, havia o rádio a pilha para escutar músicas e informações, principalmente de rádios AM's de Ituiutaba (Minas Gerais) e Quirinópolis (Goiás).

Evidenciam-se, com os relatos dos antigos moradores das olarias, que as habitações e utensílios domésticos do lugar eram construídos com técnicas bem antigas; esses patrimônios eram compostos por casas, com o pé direito baixo, paredes de tijolos produzidos no lugar, algumas barreadas com a argila das lagoas. No conjunto eram residências bem simples que simbolizavam os modos de vida daquela época.

Considerações Finais

Na formação do espaço vivido, nos terreiros das olarias, havia habitações esparsas e a maioria com as famílias residindo muito próximas. Assim, as pessoas foram estabelecendo cotidianamente suas relações sociais e econômicas, nas tarefas desenvolvidas para executar a sua reprodução simples.

Os afazeres domésticos não exigiam muitas elaborações, com pouca mobília e chão batido de terra, a moradia se constitui um espaço simples para fazer refeições, repousar e criar a família. Entre os aspectos importantes que marcam as relações sociais no lugar, revela-se, a produção de tijolos, especialmente nos espaços de produção, que expõe esses trabalhadores a um convívio durante grande parte do dia, pois o

desenvolvimento das atividades iniciava-se pela madrugada e ia até o meio da tarde.

A partir dessa convivência, ocorria também, nessa área, o processo de transmissão do conhecimento e das informações, dos mais velhos para os mais jovens ou sem experiência; os mais experientes expunham os seus saberes e conhecimentos das realidades em que viviam integrando os outros à cultura local. Era nos terreiros das olarias e nas habitações simples que se organizavam as relações sociais para atender às necessidades básicas de sobrevivência das famílias que transformavam barro em materiais de construção, aspectos fundamentais para suprir seus consumos e manutenção da vida no lugar.

Toda a produção das olarias no Baixo Vale Paranaíba Goiano era e ainda é comercializada nas cidades da microrregião de Quirinópolis e em outras partes do interior goiano e mineiro, como: Santa Helena (GO), Bom Jesus (GO), Ituiutaba (MG), Ipiacú (MG) e Capinópolis (MG). Percebe-se nos lugares ocupados pelas olarias da Fumaça (Itajá), São Simão, região do Buriti Alto ou Olaria do Quinca e Caracol (Gouvelândia) que, apesar das mutações ocorridas no espaço, a produção de tijolos e telhas continua com forte contribuição histórica na constituição da paisagem regional.

Esses espaços mantêm suas especificidades, representadas pelos vínculos sociais, culturais e econômicos, que foram sendo fixados na paisagem por esse tradicional sistema produtivo. No campo, percebemos que são poucas as olarias existentes nesse início de século XXI e, apesar de escassos, esses elementos oleiros ainda estão presentes e se misturam às novas tecnologias e ao novo enquadramento produtivo imposto pela modernidade.

Na perspectiva do turismo, consideramos que o lugar pode ser otimizado devido a sua importância e significado das tradições interioranas, tornando-se um espaço de visitação e que poderá servir para atender às necessidades humanas regionais, ocorrendo à valorização das humanidades do espaço, envolvendo não só elementos e patrimônios materiais, como também os imateriais. Atualmente os trabalhos artesanais produzidos por oleiros são comercializados nas casas de artesanatos e comerciais das cidades turísticas de Lagoa Santa e São Simão.

Referências

AGMA – Agência Goiana de Meio Ambiente. **Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas para Avaliação de Aproveitamento Hidrelétrico (EIBH) da Região Sudoeste Goiano**. Caçu (GO): Mais Verde/Engevix, 2005, CD-ROM.

ANDRADE, M. C. De. Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. DE; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. 332p. P. 15 – 20.

BARREIRA, C. M. C. A. **Vão do Paranã: a estruturação de uma região**. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo (SP): Editora Ática, 1986.

DAMIANI, A. L. O Lugar e a Produção do Cotidiano. In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. 204 p. P.161-172.

ETGES, Virgínia E. O Lazer no Contexto das Múltiplas Dimensões do Desenvolvimento Regional. In: MÜLLER, A.; DaCosta, L. P. (Org.) **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. P. 133 – 144.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. DE.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. 332p. P. 233 – 246.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói (RJ): EduFF; São Paulo (SP): Contexto, 2002.

MÜLLER, Ademir. Lazer, Desenvolvimento Regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MÜLLER, A.; DaCosta, L. P. (Org.) **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. P. 09 – 40.

SAGIM JÚNIOR, O.; SAGIM, M. B. **Quirinópolis Histórico**. Goiânia (GO): O Popular, 2000.

SANTOS, Jean Carlos V. (Orientador: SANTOS, Rosselvelt J.). **Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU)/Uberlândia (MG), 2010.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. De; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. 332p. P. 15 – 20.

SILVA, José L. L. **O Espongilito de Três Lagoas (MS)**: registro e caracterização com ênfase em micropaleontologia. 121 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/São Leopoldo (RS), 2004.